Fundação Getulio Vargas
18/09/2006
Valor Econômico - SP

Tópico: Fundação Getulio Vargas - IBRE
Impacto: Positivo
Editoria: Brasil

Cm/Col: 12
Pg: A 2

Salário mínimo e Bolsa Família devem reduzir desigualdade, de novo, em 2006

Vera Saavedra Durão
Do Rio

O aumento recorde do salário mínimo, a inclusão de mais 3 milhões de famílias no programa de transferência de renda do governo, o Bolsa Família, o crescimento do número de reajustes salariais acima da inflação e o reajuste da tabela do Imposto de Renda aumentando a faixa de isenção deverão fazer com que em 2006 a queda da desigualdade no Brasil volte a se acelerar.

Essa é a expectativa dos economistas Marcelo Neri, da Fundação Getulio Vargas (FGV), Márcio Pochmann, da Unicamp e João Sabóia, do Instituto de Economia da UFRJ. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2005, divulgada sexta-feira pelo IBGE, revelaram aumento de 4,6% na renda média real do trabalho e continuidade da queda da desigualdade, o que surpreendeu os economistas por causa do do crescimento pífio da economia no ano passado, quando o PIB subiu 2,3%, e o PIB per capita, apenas 1%.

Para Pochmann, os resultados da pesquisa do IBGE mostram que o governo está ciente da importância do crescimento do Bolsa Família e do aumento do salário mínimo para evitar que os segmentos de menor renda sejam prejudicados com o baixo crescimento da economia.

Os dados da Pnad, porém, apuraram uma desaceleração na trajetória de queda da desigualdade. No ano passado, o índice de Gini alcançou a casa dos 0,544, ante 0,547 no ano anterior, declinando 0,55%. Para Neri, a desigualdade desacelerou-se em relação à média de queda entre 2001 a 2004, em torno de 1,35% ao ano. "Os números da PNAD indicam desaceleração na desigualdade e uma melhor repartição do bolo por conta do aumento da renda do trabalho, apesar do crescimento pífio da economia em 2005", avalia Neri.

Para o economista, a desaceleração do Gini no ano passado deveu-se, em parte, a uma melhora generalizada da distribuição da renda do trabalho, ao contrário de 2004, onde apenas os 20%

mais pobres se beneficiaram da queda da desigualdade impulsionada pelo Bolsa Família. Naquele ano, enquanto os pobres ganharam, a classe média perdeu poder aquisitivo. Segundo o IBGE, de 2004 para 2005 os 50% ocupados com as menores remunerações tiveram ganho real de 6,6% e os 50% com os maiores rendimentos, ganho de 4,1%. Os 1% de maior salário tiveram, inclusive, aumento real superior à média: 7%, segundo a Pnad.

Pochmann considerou muito positiva a expansão da renda em todas as faixas. O economista da Unicamp considera que a influência do Bolsa Família é grande no resultado da Pnad, mas o aumento real do salário mínimo, que em 2005 foi de 8,8%, tem um impacto enorme na distribuição de renda, principalmente entre os aposentados, incluindo aí os trabalhadores rurais.

Essa questão divide os economistas. Sabóia também defende o salário mínimo e a melhoria das condições de trabalho como fator de maior contribuição para a melhoria da desigualdade no país, sem tirar o mérito do Bolsa Família. "A capacidade do Bolsa Família de reduzir desigualdade é limitada. São R$ 8 bilhões injetados na economia, uma gota d'água dentro da renda do país. São R$ 600 bilhões o volume de rendimento do trabalho. O Bolsa Família é quase 2% deste total."

Sabóia ressalta que os estudos feitos no Ipea mostram que a redução da desigualdade nos últimos três anos foi impactada em 75% pela melhoria da distribuição do rendimento do trabalho. "Este é o ponto, mas o Bolsa Família tem impacto. Por esta razão ele aposta que a desigualdade vai cair mais em 2006.

Neri já tem opinião contrária. Segundo ele, se o governo no ano passado tivesse optado por aumentar menos o salário mínimo e aumentar o Bolsa Família, a redução da desigualdade teria sido maior. "O ritmo menor do Gini por conta de uma expansão mais generalizada da distribuição de renda não é a melhor solução no longo prazo para o problema no Brasil. O governo tem que olhar mais estrategicamente, focalizar mais os pobres para a desigualdade cair de forma mais rápida."

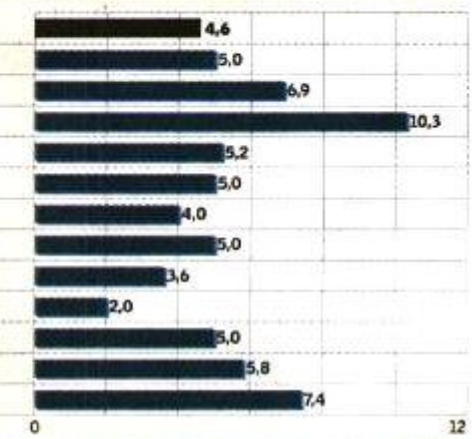
Pochmann acredita também que a a redução da desigualdade está diretamente relacionada ao comportamento gerado no mercado de trabalho e ao salário mínimo, sem desprezar os efeitos do Bolsa Família. Ele defende a necessidade de o país voltar a crescer para gerar mais emprego. Segundo ele, os reajustes salariais acima da inflação, em 2005, ajudaram a elevar a renda, e este fator deve continuar em alta em 2006.

Maurício Soares, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), disse que um estudo feito pela entidade revela que no primeiro semestre deste ano, dos 271 acordos e convenções firmados entre trabalhadores e empresários, 96% foram concluídos com reajustes salariais superiores à inflação.

Raio-X da distribuição da renda

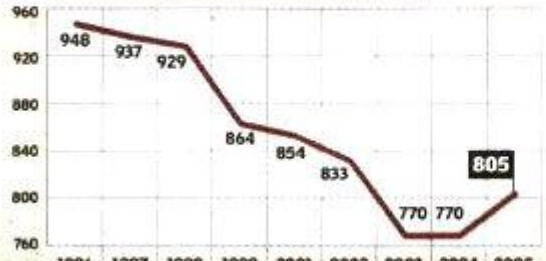
Rendimento médio real dos ocupados, por grupo de remuneração em 2005 e variação sobre 2004 (em R$ e %)

Grupos	Remuneração em 2005, em R$	Variação em relação a 2004, em %
Total/média Brasil	**805**	4,6
Até 10% com menor remuneração	84	5,0
Mais de 10% a 20% com menor remuneração	202	6,9
Mais de 20% a 30% com menor remuneração	299	10,3
Mais de 30% a 40% com menor remuneração	322	5,2
Mais de 40% a 50% com menor remuneração	404	5,0
Mais de 50% a 60% com maior remuneração	489	4,0
Mais de 60% a 70% com maior remuneração	609	5,0
Mais de 70% a 80% com maior remuneração	812	3,6
Mais de 80% a 90% com maior remuneração	1.227	2,0
Mais de 90% a 100 com maior remuneração	3.600	5,0
Mais de 95% a 100% com maior remuneração	5.158	5,8
Mais de 99% a 100% com maior remuneração	10459	7,4



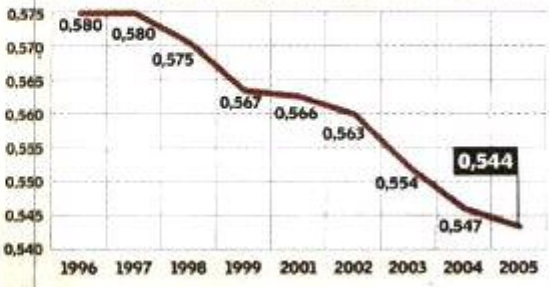
Remuneração mensal de pessoas com mais de dez anos

Entre 1995 e 2005, rendimento médio total, em R$



	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Var. anual	2,7%	-1,2%	-0,9%	-7,0%	-1,2%	-2,5%	-7,6%	0,0%	4,5%

Fonte: IBGE/PNAD 2005/Valor Data

Índice de Gini da distribuição da renda mensal do trabalho

Entre 1995 e 2005, pessoas ocupadas de dez anos ou mais de idade